

FATORES SOCIOECONÔMICOS E DEMOGRÁFICOS ASSOCIADOS À EXISTÊNCIA DE MUSEUS EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS: UM ESTUDO APLICANDO MODELO DE REGRESSÃO LINEAR ¹

Flora Brochado Maravalhas²

Luiz Honorato da Silva Júnior³

RESUMO

O presente estudo pretendeu identificar quais fatores socioeconômicos e demográficos estão associados à existência de museus em municípios brasileiros. Primeiramente, realizou-se breve histórico sobre a criação de museus em território brasileiro, do século XVII até os dias atuais. Em seguida, fazendo uso de regressões lineares com dados secundários de diversas fontes disponíveis, pretendeu-se relacionar a quantidade existente de museus nos municípios brasileiros em 2015 com características observáveis que poderiam estar associadas com o número de museus existentes nessas localidades. Os resultados das regressões lineares demonstraram haver correlação positiva entre tamanho da população municipal, nível de desenvolvimento do município, atividades turísticas e contextos regionais.

PALAVRAS-CHAVE: regressão linear; museus brasileiros; características socioeconômicas e demográficas.

¹ Trabalho submetido em 17/10/18 e aprovado em 14/01/19. Para citar este artigo: MARAVALHAS, F. B; JÚNIOR, L. H. S. Fatores socioeconômicos e demográficos associados à existência de museus em municípios brasileiros: um estudo aplicando o modelo de regressão linear. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 34, n. 1, [in press], jan./jul., 2019. Disponível em: <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>. Acesso em: dia mês, ano. [v. em edição].

² Universidade de Brasília e Instituto Brasileiro de Museus. Graduada em Letras pela Universidade de Brasília, especialista em Gestão Pública pela AVM Faculdade Integrada e mestre em Gestão Pública pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade de Brasília. E-mail: flopitz@gmail.com

³ Universidade de Brasília. Possui graduação, mestrado e doutorado em economia pela Universidade Federal de Pernambuco. Foi professor da Universidade Federal de Pernambuco até 2012 e atualmente é professor da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Agrária e dos Recursos Naturais, atuando principalmente nos seguintes temas: Economia do Setor Público, Educação, ICMS Ecológico e Avaliação de Políticas Públicas. E-mail: lula_honorato@hotmail.com

SOCIOECONOMIC AND DEMOGRAPHIC FACTORS ASSOCIATED WITH THE EXISTENCE OF MUSEUMS IN BRAZILIAN MUNICIPALITIES: AN APPLICATION OF THE LINEAR REGRESSION MODEL

ABSTRACT

This study intended to identify which socioeconomic and demographic factors are associated with the existence of museums in Brazilian municipalities. First, it presents a brief history of the creation of museums in Brazilian territory, from the 17th century to the present day. Then, the creation of museums was related to variables of Brazilian municipalities by means of linear regression by Ordinary Least Squares for the year 2015 for all Brazilian municipalities with observable characteristics that could be associated with the number of existing museums. The results showed a positive correlation between municipal population, municipality's level of development, tourist activities and regional contexts.

KEYWORDS: Linear regression; Brazilian museums; Socioeconomic and demographic characteristics.

FACTORES SOCIOECONÓMICOS Y DEMOGRÁFICOS ASOCIADOS A LA EXISTENCIA DE MUSEOS EN MUNICIPIOS BRASILEÑOS: UN ESTUDIO APLICANDO MODELO DE REGRESIÓN LINEAL

RESUMEN

El presente estudio pretendió identificar qué factores socioeconómicos y demográficos están asociados a la existencia de museos en municipios brasileños. Primero, se realizó breve histórico sobre la creación de museos en territorio brasileño, desde el siglo XVII hasta los días actuales. A continuación, haciendo uso de regresiones lineales con datos secundarios de diversas fuentes disponibles, se pretendió relacionar la cantidad existente de museos en los municipios brasileños en 2015 con características observables que podrían estar asociadas al número de museos existentes en esas localidades. Los resultados de las regresiones lineales mostraron una correlación positiva entre el tamaño de la población municipal, el nivel de desarrollo del municipio, las actividades turísticas y los contextos regionales.

PALABRAS CLAVE: regresión lineal; museos brasileños; características socioeconómicas y demográficas.

1 INTRODUÇÃO

Os fatores que influenciam cidades a criarem museus são complexos, uma vez que podem ser determinados por forças políticas, sociais ou por interesses privados. Também não é uma tarefa simples encontrar correlação entre fatores que determinam as motivações para a criação de museus ou outras instituições culturais.

Woronkowicz (2013) expõe que há também características demográficas e econômicas que incentivam a construção de novas instituições culturais, a exemplo de população e seus níveis de renda e educação; quantidade de moradores que sejam artistas na cidade; saúde financeira de organizações relacionadas à cultura, entre outras.

A maioria da literatura atual relaciona a criação de novas instituições museológicas a benefícios econômicos e sociais para comunidades em que estão localizados (WORONKOWICZ, 2013). Para Ollaik, (2012) as pesquisas da área de museus normalmente relacionam-se às disciplinas da Antropologia, História e Museologia, havendo uma carência de estudos sob o ponto de vista das políticas públicas. Tampouco a área de museus tem sido um campo de estudo prioritário para os economistas (JOHNSON; THOMAS, 1998).

Santos (2004) reforça a necessidade de estudos que melhor compreendam o padrão de crescimento do número de museus no Brasil. Para tanto, a autora reforça a necessidade de acesso a dados quantitativos e qualitativos da área museológica para compreender quais elementos estão relacionados à criação de novas instituições e quais fatores influenciam a sua multiplicação, especialmente no que tange ao desenvolvimento histórico e cultural de cada região.

Nesse sentido, o presente estudo visa identificar quais fatores estão associados à existência de museus em municípios brasileiros. Fazendo uso de regressões lineares com dados secundários de diversas fontes disponíveis, pretende-se relacionar a quantidade existente de museus nos municípios brasileiros com características observáveis que poderiam estar associadas com o número de museus existentes. Ou seja, pretende-se relacionar o quantitativo de museus a variáveis socioeconômicas e demográficas dos municípios brasileiros.

2 HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DE MUSEUS EM TERRITÓRIO BRASILEIRO

A atuação do Estado nas políticas museológicas, no que tange à criação de museus no Brasil, remonta ao século XIX. A criação do Museu Real, em 1818, é utilizada por Machado (2010) como marco inicial da atuação do Estado na implementação de museus brasileiros.

Entretanto, as duas primeiras instituições que mais se assemelham a museus foram criadas antes disso, ainda no Período Colonial. A primeira surgiu durante a dominação holandesa (1630-1654) em Pernambuco, no parque do Palácio de Vrijburg. Tratava-se de uma

conjunção de museu, jardim botânico, jardim zoológico e planetário que foi criada por Maurício de Nassau (BRASIL, 2007).

A segunda, a Casa de História Natural, foi instalada no Rio de Janeiro em 1784. Seu objetivo primordial — parte da política de diversificação da economia portuguesa — era o envio de coleções e produtos naturais para Lisboa. Enquanto esses não eram enviados, ficavam expostos, o que explica a denominação de museu. O local é conhecido na literatura também por Casa Xavier dos Pássaros, nome do primeiro responsável pela instituição (BRASIL, 2007; LOPES, 2009; CONSIDERA, 2011).

Ambas as instituições estavam inseridas no contexto das viagens ocorridas a partir do século XV, que propiciaram a “descoberta” dos novos mundos. A expansão das fronteiras culminou também na recolha de objetos considerados exóticos das novas terras aos museus europeus. Isso impulsionou a criação de museus de história natural na Europa no final do século XVIII, que passam a substituir os antigos mostruários europeus (LOPES, 1998). Para Machado (2010, p. 138), as políticas empreendidas pela coroa portuguesa durante o período colonial “foram bastante reticentes e ligadas ao pensar museal europeu desse momento”.

Por sua vez, com a transferência da família real portuguesa para território brasileiro e a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1815, a política museológica assume características próprias ao Brasil (MACHADO, 2010). Exemplo disso foi a demolição da Casa Xavier dos Pássaros para que, em seu lugar, fosse construído, em 1818, o Museu Nacional, originalmente denominado Museu Real. A nova instituição, criada mediante decreto, tinha por finalidade propagar os conhecimentos e os estudos das ciências naturais no Reino do Brasil. O novo museu incorporou parte do acervo da Casa Xavier dos Pássaros e também de outras instituições (LOPES, 2009). Atualmente, o Museu Nacional é vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro e é a mais antiga instituição museológica do Brasil⁴.

Segundo Machado (2010, p. 139), o século XIX ficou conhecido como a “era dos museus brasileiros”, e foi marcado pela fundação de três importantes museus: o já referido Museu Nacional (1818), o Museu Paraense Emílio Goeldi (1866), em Belém, e o Museu Paulista (1894), em São Paulo. Os três alinhavam-se ao modelo de museu etnográfico e, de acordo com Julião (2006), tiveram relevância na preservação de artefatos e espécies nacionais, o que permitiu o início da prática das ciências naturais no Brasil.

⁴ Em 2 de setembro de 2018, logo após o encerramento do horário de visitação, um incêndio de enorme proporção atingiu o prédio que abriga o Museu Nacional, destruindo grande parte do edifício e de suas coleções. Entretanto, até o momento ainda não foi possível precisar tudo o que foi perdido.

A maioria dos museus do país concentrava-se no Rio de Janeiro. Além do Museu Real, a cidade contava com mais dez instituições; as demais também estavam localizadas em grandes cidades.

Os museus do século XIX no Brasil acompanharam, de certa forma, a tradição europeia dos denominados gabinetes de curiosidades. Segundo Considera (2011, p. 2), essas instituições estão relacionadas às ciências naturais e eram comuns “na Europa dos séculos XVII e XVIII, que inclusive contavam com uma infinidade de objetos ‘exóticos’ retirados do Brasil por viajantes em suas pesquisas”. As coleções reuniam espécies e objetos que eram classificados por naturalistas a fim de serem enviados a Portugal.

Nesse esteio, Santos (2000) afirma que a maioria dos museus criados no século XIX no Brasil estavam preocupados em possuir amostras de riquezas naturais e espécies locais. Dessa forma, voltavam-se basicamente para a coleção de riquezas naturais, não sendo interesse desses museus narrar a história da nação ou colecionar objetos da humanidade.

Como exemplo, Machado (2010) expõe que importantes exemplares da fauna, da flora, dos minerais e de artefatos indígenas foram incorporados ao Gabinete de História Natural de Portugal. Embora o nacionalismo não fosse a principal temática desses museus, segundo Julião (2006, p. 20), ao expor a diversidade natural do país, as instituições acabaram por “contribuir para construções simbólicas da nação brasileira, através de coleções que celebravam a riqueza e exuberância da fauna e da flora dos trópicos”. Por outro lado, Santos (2000) argumenta que, não obstante a concentração de museus de história natural no Brasil nesse período, estes não obtiveram muito sucesso na representação da diversidade natural do país, visto serem escassas as coleções das riquezas naturais.

A mudança na tipologia dos museus no Brasil inicia-se com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que passa a ter papel relevante na propagação de ideais iluministas. Dessa forma, museus passam a ser compreendidos como locais de preservação de fatos, de datas e da memória de grandes personagens históricos e como meios de ensino da história. Consequentemente, ocorre gradualmente uma mudança no perfil dos museus brasileiros: de instituições de propagação de história natural para locais voltados à preservação e à exaltação da história nacional e de seus heróis. Esse novo perfil de museu teve sua visão formulada pela elite de então, que entendia o museu como espaço para difusão de uma memória nacional, a partir de uma perspectiva tradicionalista e patriótica (MACHADO, 2010).

Essa alteração é refletida na criação, no Rio de Janeiro, do que Julião (2006) considera uma das mais importantes instituições brasileiras, o Museu Histórico Nacional (MHN). A nova instituição, instalada já no período republicano, em 1922, foi idealizada por Gustavo Barroso, historiador e administrador da cultura. Eram objetivos do novo museu: integrar passado e presente, exaltar as glórias pátrias e cultivar as tradições nacionais. Para Barroso, a função do museu seria despertar nos cidadãos um sentimento de amor e respeito à pátria, e o seu estabelecimento representou a importância dada pelo Estado à política cultural.

Nesse momento, o patrimônio cultural é entendido na forma de monumentos e fatos representativos dos grandes feitos da história da nação. Dessa forma, a ideia de preservação do patrimônio histórico relaciona-se ao estudo, à conservação e à preservação de edifícios ou obras relacionadas à história do Brasil, o que se reflete na criação de museus nacionais. A intenção por trás dessa noção de patrimônio relaciona-se a um projeto de Estado de construção da identidade brasileira. Por meio da criação de bens públicos, propriedade de todos os cidadãos, a intenção era inculcar a noção de cidadania na sociedade. O Estado atuaria, então, como guardião dos bens culturais, e o patrimônio contribuiria para tornar visível a entidade ideal de nação (MACHADO, 2010).

Julião (2006) dispõe que esse novo tipo de museu nacional predominou no Brasil até 1930, momento em que as teorias evolucionistas que os sustentavam entraram em descrédito no mundo.

A criação do Museu Real e do MHN representa marcos na discussão de políticas no campo museológico. Os dois museus são exemplos de como o Estado agiu para estabelecer uma política para os museus no Brasil. Machado (2010) expõe que, ao se analisar o conjunto de políticas culturais para a área de museus, nota-se forte influência do pensamento europeu sobre a concepção de museu do século XIX, em que há uma transição do modelo de gabinete de curiosidades para museus históricos, cuja função era reforçar a pátria e expor objetos representativos dos grandes feitos nacionais.

Um terceiro marco da atuação do Estado nas políticas no campo museológico foi a criação de um órgão responsável pela condução de uma política para o patrimônio cultural, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) — hoje Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan).

Para Machado (2010, p. 142), a atuação do SPHAN visava à preservação dos bens culturais da história nacional. Isso, segundo a autora, divergia do plano elaborado por Gustavo

Barroso, de culto ao passado sob a ótica dos grandes feitos e dos heróis nacionais, a partir de uma “perspectiva de monumentalidade, principalmente nos museus”.

A temática de proteção de bens e obras do patrimônio brasileiro consolidou-se a partir de 1934, por meio da atuação de Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde Pública do Governo Constitucional de Getúlio Vargas. A noção de patrimônio nesse momento relaciona-se a dois pressupostos do modernismo: o caráter universal e particular das autênticas expressões artísticas e a autonomia relativa da esfera cultural em relação às outras esferas da vida social (MACHADO, 2010).

A concepção do que era patrimônio e de qual seria a linha de atuação do órgão estava dividida entre dois grupos de ideologias distintas. Julião (2006, p. 22) observa que, em 1936, Mário de Andrade elaborou um anteprojeto da instituição, cujo texto pretendia institucionalizar uma política de patrimônio que contemplasse as diferentes manifestações da cultura brasileira:

convicto de que os museus poderiam prestar-se como espaços de preservação da cultura do povo e exercer importante função educativa, Mário de Andrade propôs a criação de quatro grandes museus, que corresponderiam aos quatro livros de tombos a serem adotados: arqueológico e etnográfico, histórico, das belas artes e das artes aplicadas e tecnologia industrial.

Machado (2010) acrescenta que a política de museus apresentada nesse anteprojeto contemplava uma moderna concepção para a época, de museus como “agências educativas”. Esse novo ideal tinha como intenção criar museus que destoariam da concepção de museu nacional, de heróis e seus grandes feitos, para uma concepção de museus técnicos, que dariam ênfase aos ciclos econômicos brasileiros, tal como o do ouro, do ferro, da criação de locomotivas e da história da imprensa. O plano também previa a criação de museus municipais, cuja temática deveria relacionar-se com a identidade local.

Entretanto, a proposta elaborada por Mário de Andrade não foi adiante, e o órgão “oficializou um conceito de patrimônio restritivo, associado ao universo simbólico das elites, à ideia hierárquica da cultura e ao critério exclusivamente estético dos bens culturais” (JULIÃO, 2006, p.22).

O SPHAN é finalmente criado em 1937, já no Estado Novo. De acordo com Machado (2010), as políticas empreendidas pelo SPHAN trouxeram novas formulações de preservação de monumento e de patrimônio e, nesse momento, funcionaram como conformação ideológica do Estado Novo.

Embora Julião (2006, p. 22) aponte que a prática do SPHAN tenha seguido uma trajetória distinta da idealizada por Mário de Andrade e que, “em detrimento do pluralismo cultural contemplado no anteprojeto de 1936, o órgão oficializou um conceito de patrimônio restritivo, associado ao universo simbólico das elites, à ideia hierárquica da cultura e ao critério exclusivamente estético dos bens culturais”, Fonseca (1997) dispõe que pelo menos parte do projeto inicialmente proposto por Mário de Andrade foi realizado pelo SPHAN.

No que tange à questão museológica, Rodrigo de Melo Franco de Andrade, redator do novo projeto de criação do SPHAN, reafirmou a importância dos museus nacionais, mas também acatou dispositivos previstos por Mário de Andrade. Assim, o Decreto-Lei n. 25 (BRASIL, 1937) previa o incentivo à criação de novos museus:

Art. 24. A união manterá, para conservação e exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do MHN e do Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), tantos outros museus quantos se tornarem necessários, devendo outrossim providenciar no sentido de oferecer assistência à instituição de museus estaduais e municipais com finalidade similares.

Machado (2010) chama atenção ao fato de o texto desse artigo dar a entender que o Estado é intérprete dos valores culturais do país. O novo projeto reforçava a questão nacional dos museus, deixando de lado a intenção do primeiro projeto de que museus deveriam representar a identidade da comunidade local. Costa (2002), por outro lado, comenta que, apesar de ter sido dedicado um único artigo sobre criação de museus, o disposto deixou margem para a criação de quantos museus fossem necessários, além de oferecer assistência a estados e municípios que desejassem criá-los.

Julião (2006) dispõe que, embora a principal atribuição do SPHAN fosse resguardar o patrimônio histórico, o órgão incentivou a criação de novos museus no país, muitos desses localizados fora do eixo Rio - São Paulo. Assim, o SPHAN teve sua atuação marcada pela criação de importantes museus regionais. Foram dezessete museus criados pelo ou com o apoio do SPHAN entre os anos de 1937 e 1968.

Costa (2002) chama atenção para a importância da criação dos museus regionais pelo SPHAN, em especial por tratarem de expressões culturais do interior do Brasil, sem ligação com o litoral.

Em 1953, a partir de dados do SPHAN, da Divisão de Estatísticas do Ministério da Educação e Saúde e do Museu Nacional, é lançada a publicação *Museums of Brazil*, produzida por Heloísa Alberto Torres (TORRES, 1953). Conquanto a publicação não tenha

feito referência ao instrumento de coleta dos dados, a obra dispõe que, nesse ano, havia no Brasil 175 museus. A publicação, entretanto, considera como museu o Conselho Estadual de Museus e Bibliotecas da Secretaria de Educação de São Paulo e também instituições em processo de implantação (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011). Por sua vez, a publicação Recursos Educativos dos Museus Brasileiros, lançada em 1958, arrola informações referentes a 145 museus, 30 a menos do que o apresentado na publicação Museums of Brazil (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011).

O período que sucede o fim do Estado Novo, entre 1945-1964, representa anos em que houve continuidade nas políticas culturais e de preservação do patrimônio, segundo Silva (2015).

Já o regime militar, conforme assinala Machado (2010), foi uma inflexão na política museológica que vinha sendo empreendida até então, especialmente pelo SPHAN. Durante esse período, os museus passam a ser utilizados como propagadores das ideias desse momento da história.

Em âmbito internacional, entretanto, Julião (2006) aponta que novas concepções sobre o que são e para que servem os museus surgem no âmbito da mesa-redonda da Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura, em colaboração com o Conselho Internacional de Museus, ocorrida em 1972, em Santiago, Chile.

A partir daí, novas funções começam a ser delineadas para os museus: diminui-se a importância dada às coleções e cresce a preocupação sobre o visitante e sobre o que o museu quer comunicar. Há também um crescente interesse no que diz respeito à diversidade cultural e à proteção do patrimônio de minorias, o que impactou na forma como os museus passam a trabalhar a educação (JULIÃO, 2006).

Machado (2010) dispõe, entretanto, que, no Brasil, essas novas funções consolidar-se-ão apenas com a redemocratização. O impacto dessas novas concepções é percebido na mudança dos discursos dos museus históricos e também na criação de museus de ciência e tecnologia. Isso representou uma nova inflexão na história dos museus brasileiros: a passagem do paradigma de museu histórico para o museu educativo, que incentivava a participação do visitante.

Em 1972, é lançada a primeira edição da publicação do Guia dos Museus do Brasil, que registrou a existência de 399 museus, dispostos em ordem alfabética. Em 1978, lança-se a segunda edição do guia, que arrola 401 museus, dessa vez relacionados às respectivas UFs (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011).

Em 1983, o Catálogo dos Museus do Brasil relaciona informações a respeito de 926 instituições. Em sua terceira edição, datada de 1986, foram arrolados 1.158 museus, o “número mais alto de museus publicamente disseminados no Brasil durante o século XX” (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011, seção inicial p. 22).

Santos (2004), ao comentar sobre o crescimento dos museus ao longo do século XX a partir de dados de 1997, destaca que 81,24% dos museus existentes de então haviam sido criados entre os anos de 1960 e 1990, sendo que o grande aumento do número de museus ocorreu nos anos de 1980, com uma queda desse crescimento na década seguinte.

Segundo Machado (2010), a década de 1980 é marcada pelo estabelecimento de diversos museus de ciências, criados especialmente, mas não apenas, no âmbito de instituições públicas, a exemplo de universidades.

Os anos 2000, para Machado (2010), são caracterizados pela atuação do Ministério da Cultura e do Iphan na condução de uma política museológica, com a inversão de recursos públicos em museus públicos brasileiros, como o MHN, MNBA, Museu da República, entre outros.

Exemplo da atuação do Estado no fomento à política museológica foi a criação do Sistema Brasileiro de Museus, rede de articulação e desenvolvimento dos museus brasileiros, que integra museus estaduais e municipais da maioria dos estados brasileiros para a realização de fóruns de discussão a respeito dos rumos das políticas museológicas; bem como do Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan, que, em 2009, culmina na criação do Instituto Brasileiro de Museus. A nova autarquia passa a ser responsável pela implementação de políticas públicas e melhoria dos serviços do setor museológico, além de ser responsável pela administração de 29 museus localizados em diferentes cidades brasileiras (BRASIL, 2009).

A evolução do quantitativo de museus em municípios ao longo da história do Brasil carece de dados, o que dificulta uma análise mais completa e robusta a respeito da evolução da distribuição de museus em território brasileiro. Os obstáculos residem, primeiramente, na ausência de um instrumento padronizado anterior ao ano de 2006 para a contagem do número de museus no Brasil. As diversas definições do que é um museu e as distintas metodologias utilizadas para a coleta de dados desencorajam a produção de estudos interpretativos mais completos e que abarquem um período maior.

3 FATORES ASSOCIADOS À EXISTÊNCIA DE MUSEUS EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Como posto por Santos (2004), é necessário compreender quais seriam os fatores associados à existência de museus em municípios brasileiros. Conquanto não haja pesquisa que identifique os fatores associados à existência de museus no Brasil, há estudos que podem auxiliar na compreensão dessa situação. O primeiro deles, já citado anteriormente, é o de Santos (2004, p. 54), que, apesar de ter como objetivo “dar alguns passos na tentativa de consolidar uma análise de práticas, estruturas e processos presentes entre os museus brasileiros”, trata de alguns pontos que são interessantes para o presente trabalho.

Inicialmente, a autora informa a respeito da ausência de levantamento de dados governamentais sobre os museus existentes em âmbito federal, estadual ou municipal, com exceção do Rio Grande do Sul. Diante da ausência de dados oficiais, foram utilizados dados fornecidos pela Comissão do Patrimônio Cultural, da Universidade do Estado de São Paulo (CPC/USP).

A partir da análise do número total de museus por região, Santos (2004, p. 60) conclui que há uma concentração do número absoluto dessas instituições nas regiões Sul e Sudeste, que inclusive se intensificou nas últimas décadas. Entretanto:

não há uma correlação linear entre a concentração populacional nas regiões Sul e Sudeste e número de museus. Quando medimos o número de museus em relação às populações de cada estado, observamos que a Região Sul, muito menos populosa do que a Região Nordeste, tem índices grandes de concentração de museus.

Santos (2004) reporta que a existência de museus está relacionada a elevados índices de PIB e de urbanização, além de menor taxa de analfabetismo. No entanto, observa que essas informações não são suficientes para explicar o porquê da existência de mais museus em certos estados. Dessa forma, Santos (2004) conclui que é preciso analisar outros elementos capazes de influenciar a multiplicação do número de museus.

Por sua vez, o relatório final denominado *Building America's new generation of arts facilities 1994-2008* (WORONKOWICZ et al., 2012) é o resultado de uma pesquisa realizada nos Estados Unidos pela Cultural Policy Center at the University of Chicago, que tinha por objetivo investigar quais eram os fatores determinantes para a construção de instituições culturais. Curiosamente, a motivação para a realização desse estudo foi o *boom* do número de

projetos e de pedidos de financiamento, ocorridos especialmente entre os anos de 1998 e 2001, para a construção ou reforma de instituições culturais: casas de espetáculos, museus e teatros.

Woronkowicz et al. (2012) reportam que os resultados indicam que maiores índices de educação, renda e população são fatores que explicam o porquê de algumas cidades construírem mais instituições culturais que outras. O nível educacional foi medido pela população acima de 25 anos que possui ao menos um diploma de nível superior, enquanto para renda foi utilizada a média da renda familiar.

A respeito da relação entre população e novas instituições culturais, Woronkowicz et al. (2012) demonstraram que, além da simples correlação positiva entre ambos os fatores, há também relação positiva entre o quão rápido a população de uma cidade cresceu. Dessa forma, cidades que tiveram crescimento mais acelerado de sua população também investiram mais em instituições culturais.

4 MÉTODO

Para relacionar o quantitativo de museus a fatores socioeconômicos e demográficos dos municípios brasileiros, foram escolhidas variáveis a partir da literatura relatada até então. É importante notar que o exercício proposto nessa pesquisa incorpora apenas características observáveis. Pode-se imaginar que o que “causa” museu é uma enorme combinação de fatores, os quais, em sua maioria, não são observáveis e mensuráveis diretamente.

Ressalta-se, entretanto, a necessidade de adaptações, seja a fim de atender ao problema de pesquisa proposto, seja pela ausência de informações disponíveis. Dessa forma, entre as hipóteses visitadas na literatura tem-se: (H1) população relaciona-se positivamente com a existência de museus; (H2) nível educacional relaciona-se positivamente com a existência de museus; (H3) nível de renda familiar (ou nível de desenvolvimento econômico) relaciona-se positivamente com a existência de museus; (H4) localização em municípios do Sul e Sudeste do Brasil relaciona-se positivamente com a existência de museus; (H5) urbanização relaciona-se positivamente com a existência de museus.

Em suas conclusões, Santos (2004) argumenta que as informações não são suficientes para explicar o porquê da existência de mais museus em certos estados. Dessa forma, optou-se pela inclusão de uma nova hipótese, a de que municípios com maior atividade turística tenderiam a ter mais museus, assim, formulou-se a seguinte hipótese: (H6) fluxo turístico relaciona-se positivamente com a existência de museus.

A fim de testar as hipóteses acima elencadas, foi utilizada uma regressão linear por Mínimos Quadrados Ordinários para o ano de 2015 para todos os municípios brasileiros. O ano de 2015 foi escolhido em razão da data de início da presente pesquisa ter sido o ano de 2016.

A análise de regressão é um método estatístico largamente utilizado para examinar o grau de relacionamento entre diferentes variáveis. Por meio dessa técnica, é possível medir a associação entre uma variável resposta e um conjunto de variáveis independentes, além de estimar os parâmetros do comportamento sistemático entre as variáveis (LIRA, 2004).

Para Hair et al. (2005), a análise de regressão é uma das técnicas de dependência mais utilizadas. Por ser versátil, a partir dela é possível analisar as variáveis essenciais, eliminando-se as de menor importância.

Segundo Dancey e Reidy (2006), a análise resulta em uma equação de regressão, utilizada para prever exatamente quanto uma variável dependente mudará, como resultado de uma alteração na variável explicativa. Assim, a equação refere-se ao cálculo do valor esperado de uma variável dependente a partir de informações de uma ou mais variáveis explicativas.

Nesse sentido, a regressão linear é uma equação para se estimar a condicional (valor esperado) de uma variável y , dados os valores de algumas outras variáveis x . A regressão, em geral, tem como objetivo tratar de um valor que não se consegue estimar inicialmente. Considerando este trabalho, portanto, o valor de cada estimador significa o impacto que cada variável tem nas chances de criação de uma nova unidade de museu em determinado município.

4.1 Variáveis

Para explicar o quantitativo de museus (variável dependente), foram utilizadas, conforme demonstrado no Quadro 1, quatro variáveis independentes, com seus respectivos pressupostos teóricos. A coluna denominada sinal esperado dispõe sobre a expectativa da variável independente em relação à variável dependente. Dessa forma, a partir da literatura sobre o tema, espera-se que as variáveis população, IDHM e turismo estejam positivamente relacionadas à existência de museus em municípios brasileiros. Por sua vez, espera-se que a correlação quanto à UF varie, sendo negativa para aquelas UF's que possuem poucos museus e positiva para as que possuem mais museus.

Quadro 1 – Variáveis independentes, sinal esperado e pressupostos teóricos.

Variáveis independentes	Sinal esperado	Pressupostos teóricos
População	+	(H1)
IDHM	+	(H2); (H3)
Turismo	+	(H6)
UF	+/-	(H4)

Fonte: Elaborado pelos autores.

As variáveis População e UF foram incluídas tendo em vista a literatura indicar que municípios com maior população tenderiam a criar mais museus (SANTOS, 2004; WORONKOWICZ et al., 2012). Além disso, a inclusão de 27 variáveis para cada UF tem o papel de captar o efeito regional. Assim, fatores não observados que explicariam o fenômeno e que não estão representados no modelo seriam captados por tais variáveis.

Estudo conduzido por Woronkowitz et al. (2012) concluiu que níveis elevados de educação e salários explicam por que mais cidades constroem mais instituições culturais que outras. A escolha pela utilização do IDH Municipal (IDHM) deu-se pela sua proximidade com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é a mais conhecida das medidas de desenvolvimento, em razão de abarcar várias informações em um só índice (TORRES; FERREIRA; DINI, 2003). Desse modo, por meio dele, pretende-se testar as hipóteses 3 e 4.

Para avaliar se municípios com maior atividade turística tendem a ter mais museus, foi utilizada a Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro, que é o “instrumento elaborado pelo Ministério do Turismo para identificar o desempenho da economia do setor nos municípios que constam no Mapa do Turismo Brasileiro”. O desempenho da economia do turismo de cada município brasileiro foi medido a partir das médias de dados sobre fluxo e hospedagem por ele obtidos, e os resultados agrupados em cinco categorias pelo Ministério do Turismo. Na categoria A, estão reunidos os municípios com maior desempenho da economia do turismo, ou seja, com maior fluxo turístico e maior número de empregos e estabelecimentos no setor de hospedagem. Por sua vez, na E, estão os municípios que não possuem fluxo turístico expressivo e nem empregos e estabelecimentos formais no setor de hospedagem (BRASIL, 2017, n/p).

4.2 Base de dados

Os dados foram coletados em bases de órgãos oficiais brasileiros, utilizando todos os municípios brasileiros como unidade de análise, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Siglas das variáveis utilizadas no modelo, fonte de dados e anos observados.

Variável	Descrição	Fonte de dados	Anos
Museu	Quantitativo de museus por município	Cadastro Nacional de Museus	2015
População	População residente total estimada	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	2015
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano de cada município	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil	2000 e 2010
Turismo	Cinco variáveis <i>dummies</i> que indicam a qual categoria de fluxo turístico e número de empregos e estabelecimentos no setor de hospedagem pertence o município (A, B, C, D, E)	Ministério do Turismo	2016
UF	27 variáveis <i>dummies</i> que indicam a qual Unidade da Federação pertence o município	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	2015

Fonte: Elaborado pelos autores.

Foram coletados os seguintes dados para cada um dos municípios: número de museus de 2015; população estimada de 2015; IDHM de 2000 e 2010; e categorização turística do município. Ademais, foram criadas variáveis *dummies* para cada um dos estados federativos.

A utilização de variáveis *dummies* é uma maneira de incorporar informações qualitativas ao modelo de regressão. Variáveis que contêm informações como sexo, raça e diferentes categorizações de idade e escolaridade não expressam quantidades, apenas qualidade. As variáveis binárias, variáveis *dummies* ou variáveis dicotômicas são formas de agregar informações qualitativas em modelos de regressão estatística. É preciso definir qual evento será atribuído o valor um e qual será atribuído o valor zero. Por exemplo, para definir o impacto da variável UF no modelo, devem-se criar variáveis que representem aquela observação. No caso em tela, poder-se-ia criar vinte sete *dummies* de UF, representando as unidades nacionais. Os valores zero e um são utilizados para facilitar a interpretação dos parâmetros da regressão. Outros valores diferentes serviriam para montar a variável, mas dificultaria o entendimento dos betas estimados. No caso do modelo de regressão, deve-se deixar de fora sempre uma variável dentre as vinte e sete, nesse caso, essa variável é

denominada variável de comparação, uma vez que todas as demais serão comparadas a ela. Nesse caso, optou-se por escolher Minas Gerais por ser um estado representativo do Brasil, uma vez que possui características comuns a outras UF's brasileiras.

Foram adotadas as cinco categorias do Mapa do Turismo Brasileiro em sua Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do ano de 2016 de tal forma que se pudesse ter um ordenamento entre as cidades com maior ou menor fluxo turístico (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2017).

5 RESULTADOS

Os resultados foram analisados por meio de três modelos diferentes, conforme Tabela 1. Para cada novo modelo, foi incluída uma nova variável na ordem de relevância para a pesquisa.

Tabela 1 – Resultados das regressões (continua).

Variáveis	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
População (mil)		0,014***	0,013***
IDH			1,626***
Turismo A			5,252***
Turismo B			0,505***
Turismo C			0,088
Turismo D			0,052
Turismo E			-0,026
AC	0,541	0,428	0,364
AL	0,230	0,123	0,265
AM	0,116	-0,333*	-0,194
AP	0,132	-0,093	-0,347
BA	-0,018	-0,185**	-0,089
CE	0,213	-0,116	-0,030
DF	55,632***	18,549***	16,179***
ES	0,311	0,007	-0,168

Fonte: Elaborado pelos autores. **Nota:** Significância entre parênteses com $p < 0,10 = *$, $p < 0,05 = **$ e $p < 0,01 = ***$

Tabela 1 – Resultados das regressões (continuação).

Variáveis	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
População (mil)		0,014***	0,013***
IDH			1,626***
Turismo A			5,252***
Turismo B			0,505***
Turismo C			0,088
Turismo D			0,052
Turismo E			-0,026
GO	-0,132	-0,141	-0,211**
MA	-0,281	-0,364***	-0,197*
PA	-0,088	-0,500***	-0,374**
PB	-0,119	-0,024	0,106
PE	0,135	-0,211*	-0,130
PI	-0,292	-0,156	0,005
PR	0,073	0,026	-0,042
RJ	2,121***	-0,040	-0,305**
RN	-0,033	0,035	0,110
RO	-0,118	-0,197	-0,235
RR	-0,235	-0,301	-0,551
RS	0,396**	0,418***	0,319***
MS	0,190	0,089	0,006
MT	-0,092	-0,059	-0,133
SC	0,277	0,315**	0,155*
SE	-0,075	-0,125	-0,065
SP	0,350**	-0,234**	-0,395***
TO	-0,311	-0,107	-0,081
F	14,207*** (0,000)	907,750*** (0,000)	851,212*** (0,000)
R ²	0,063	0,816	0,836
R ² ajustado	0,058	0,815	0,835

Fonte: Elaborado pelos autores. **Nota:** Significância entre parênteses com $p < 0,10 = *$, $p < 0,05 = **$ e $p < 0,01 = ***$.

A referida tabela contém, além dos estimadores, os testes F e R².

O primeiro modelo tentou, inicialmente, captar o efeito da UF no número de museus nos municípios. A UF de comparação foi Minas Gerais. Assim, todas as UFs estão sendo comparadas com este estado. O objetivo do primeiro modelo é captar o efeito do ambiente estadual (política, ambiente cultural, nível de desenvolvimento econômico, etc.), considerando as demais variáveis observáveis, tentando, assim, identificar a contribuição do ambiente no quantitativo de museus.

Os resultados ressaltam o papel do DF e do RJ. A atual e a antiga capital brasileira, essas UFs têm razões *per si* que justificam a diferença das demais. Além delas, verificam-se que SP e RS também conseguem resultados que se destacam quando comparados a MG. As demais UFs não apresentam significância estatística.

No segundo modelo, o efeito da variável população apresenta resultado positivo com significância estatística. Se for verificado o inverso do valor estimado ($\frac{1}{0,014}$) verifica-se que a cada 71 mil habitantes tem-se um museu no Brasil, *ceteris paribus*. Tal resultado é compatível com o estudo conduzido nos Estados Unidos por Woronkowitz et al. (2012), o que demonstra que essa correlação não é exclusiva à realidade brasileira.

Santos (2004, p. 60), no entanto, a partir de dados da Comissão do Patrimônio Cultural, da Universidade do Estado de São Paulo, de 1997, avaliou que “não há uma correlação linear entre a concentração populacional nas regiões Sul e Sudeste e número de museus”, uma vez que se observa alto índice de concentração de museus na Região Sul, menos populosa do que a Nordeste. Vale ressaltar, no entanto, que a unidade de análise do referido estudo são os estados, e não os municípios.

Ainda observando o segundo modelo, parte dos efeitos do primeiro modelo, sobretudo os resultados para DF, RJ, SP e RS se modificam. O que se observa é que essas quatro UFs são aquelas que concentram as maiores populações municipais e, quando se faz uma melhor especificação do modelo, corrige-se a superestimação do efeito UF. Agora são nove UFs estatisticamente significativas, sendo seis negativas e apenas três positivas, comparativamente a MG.

Por fim, o terceiro modelo incorpora todas as variáveis observáveis disponíveis para esta pesquisa. Com a inserção da variável IDH e das cinco variáveis de turismo, a variável população praticamente mantém-se estável e mostra que, para cada grupo de 77 mil habitantes, tem-se um museu, em média (condicional).

O IDH e as variáveis de turismo também se mostraram importante, sugerindo que quanto maior o nível de desenvolvimento humano e o fluxo de turismo no município, independentemente do tamanho da população e da região em que se encontra, haverá maior possibilidade para a existência de museus. No que concerne ao IDHM, a variável obteve valor positivo e significância estatística no modelo em que foi testada, evidenciando a influência do desenvolvimento social na existência de museus. Os resultados corroboram mais uma vez os apresentados por Woronkowitz et al. (2012), que indicam que altos níveis de educação e salários estão relacionados à construção de novas instituições culturais.

Os municípios turísticos da categoria A — aqueles com maior desempenho da economia do turismo, ou seja, com maior fluxo turístico e maior número de empregos e estabelecimentos no setor de hospedagem — tendem a possuir, em média, cerca de cinco museus em função deste desempenho.

No caso dos efeitos estaduais capturados pelas 26 variáveis UF, no terceiro modelo, observa-se que GO, MA, PA, RJ e SP apresentam desempenho menor que MG, quando se incorporam os efeitos de população, desenvolvimento humano e turismo. Pode causar estranheza em um primeiro momento verificar RJ e SP nesse grupo de estado, mas quando se considera que essas duas UFs possuem elevados indicadores em população, desenvolvimento humano e turismo, percebe-se que, provavelmente, são esses fatores que promovem uma maior concentração de museus em seus municípios.

Por outro lado, verifica-se que DF, RS e SC são as UFs que concentram maiores quantitativos de museus comparativamente a MG. O caso do DF é específico, tendo em vista que aparece como uma UF e um único município ao mesmo tempo na amostra. Some-se a isso o fato de abrigar a sede do poder político do país. As UFs RS e SC, para além dos aspectos relacionados ao desenvolvimento humano e ao turismo, são UFs que apresentam melhor ambiente para a existência de museus. O modelo não é capaz de responder com precisão quais são as razões para que esse ambiente seja propício a existência de mais museus.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados dessa pesquisa apontam para uma correlação positiva entre população municipal, desenvolvimento humano e fluxo turístico nos municípios brasileiros com a existência de maior número de museus.

Assim, pode-se considerar que quanto maior a população de um município maior seria a possibilidade de haver um maior número de museus. Santos (2004) aponta que há no Brasil uma tendência à concentração de museus nas capitais dos estados brasileiros, locais de maior concentração populacional. Esse resultado parece indicar uma relação direta entre a oferta de bens e serviços culturais e a pronta resposta a essa demanda.

No terceiro e mais completo modelo, verifica-se que os estados de São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram correlação negativa com a existência de museus. O resultado talvez possa ser atribuído ao tamanho da população de ambos os estados. São Paulo é o estado que possui o maior número absoluto de museus e é também o estado com a maior população absoluta do Brasil. Já o Rio de Janeiro é o quarto estado com o maior número absoluto de museus e o segundo com a maior população absoluta.

Santos (2004, p. 61) já havia apontado que:

a associação entre museu e capital cultural não podem ser considerados os únicos elementos a explicar a concentração de museus em uma determinada região. O Rio de Janeiro, estado que possui o segundo maior PIB do país e um acervo cultural importante por ter sido capital federal durante longo período, não apresenta a maior concentração de museus. Tampouco São Paulo, que tem o maior PIB do país e tem um investimento em museus de arte sem competidores nos outros estados. É necessário, portanto, analisarmos outros elementos capazes de influenciar a multiplicação do número de museus nas últimas décadas, especialmente no que tange ao desenvolvimento histórico e cultural de cada região.

Os resultados também sugerem haver correlação entre o nível de desenvolvimento socioeconômico de um município e o número de museus, tal evidência é decorrência da relação positiva entre a variável IDHM do município e a existência de museus. Em regiões econômicas mais deprimidas, onde o atendimento a bens e serviços essenciais é precário ou inexistente, a demanda por bens e serviços culturais seria débil. Assim, parece ser fundamental o atendimento a tais demandas e também a ocorrência de melhor nível educacional da população para que aflore a demanda por esses serviços.

Por outro lado, pesquisa conduzida por Bourdieu e Darbel (1969 apud SANTOS, 2004) demonstra que os museus de arte na França são considerados detentores de capital cultural, e, por isso, sua presença é concorrida em âmbitos distintos e utilizada na manutenção de hierarquias sociais. Segundo Santos (2004) a associação feita pelos autores entre disputa por

capital simbólico e por prestígio oferece uma possível explicação para a concentração dos museus nas regiões com maior desenvolvimento.

Os resultados indicaram haver maior probabilidade de existência de museus em municípios da categoria A e B da Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo. Dessa forma, municípios com maior fluxo turístico e maior número de empregos e estabelecimentos no setor de hospedagem tenderiam a ter mais museus.

Por fim, os resultados apontam para a necessidade de se propor ações, públicas e privadas, que considerem esses fatores como relevantes. É importante observar que nenhum dos fatores verificados são limitadores de uma política pública indutora, por exemplo. Municípios com baixa densidade populacional não estão fadados à impossibilidade de possuir um museu. Quando a localidade consegue compensar com maior desenvolvimento humano ou maior fluxo turístico, a chance de se ter um museu aumenta significativamente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1 dez. 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De10025.htm>. Acesso em: 05 mai. 2017.

_____. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Política Nacional de Museus**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2007.

_____. Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 jan. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm>. Acesso em: 01 fev. 2017.

_____. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo**. Brasília: Ministério do Turismo, 2017. Não paginado. Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=89&Itemid=272>. Acesso em: 1 set. 2017.

CONSIDERA, A. F. Museus de História Natural no Brasil (1818-1932): uma revisão bibliográfica. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., jul. 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011.

COSTA, L. M. **De museologia, arte e políticas de patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002.

DANCEY C.P., REIDY, J. **Estatística sem matemática para psicologia: usando SPSS para Windows**. Porto Alegre: Artmed; 2006.

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1997.

HAIR, J. et al. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas populacionais anuais de população para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?&t=downloads>>. Acesso em: 1 set. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Museus em Números**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

_____. **Cadastro Nacional de Museus**. 2015. Disponível em: <<http://sistemas.museus.gov.br/cnm>>. Acesso em: 1 out. 2015.

JOHNSON, P; THOMAS, B. The Economics of Museums: A research perspective. **Journal of Cultural Economics**, v. 22, n. 2/3, Special Issue on the Economics of Museums, p. 75-85, 1998.

JULIÃO, L. Apontamentos sobre a história do museu. **Caderno de diretrizes museológicas**. Belo Horizonte: Superintendência de Museus da Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

LIRA, S. A. **Análise de correlação: abordagem teórica e de construção dos coeficientes com aplicação**. 2004. 209 f. Dissertação (Mestrado em Métodos Numéricos em Engenharia) Programa de Mestrado em Métodos Numéricos em Engenharia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

LOPES, M. M. A Formação de museus nacionais na América Latina Independente. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 30, p.121-133, 1998.

_____. **O Brasil descobre a pesquisa científica**. São Paulo: Hucitec, 2009.

MACHADO, A. M. A. Cultura, ciência e política: olhares sobre a história da criação dos museus no Brasil. In: FIGUEIREDO, B. G.; VIDAL, D. G. (Org.). **Museus**: do gabinete de curiosidades à museologia moderna. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

OLLAIK, L. G. **A implementação da Política Nacional de Museus e a democratização de acesso**: estudo comparativo de três instrumentos governamentais. 2012. 248 f. Tese (Doutorado em Administração) — Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, M. S. Os Museus brasileiros e a constituição do imaginário nacional. **Soc. estado.**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 271-302, dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922000000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 1 set. 2017.

_____. Museus brasileiros e política cultural. **RBCS**, São Paulo, v. 19, n. 55, jun. 2004.

SILVA, M. V. T. Do SPHAN ao Ibram: subsídios para compreender a produção documental dos museus do Instituto Brasileiro de Museus. **Revista Eletrônica Ventilando Acervos**, v. 3, n. 1, p. 60-75, nov. 2015.

TORRES, H. A. **Museums of Brazil**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1953.

TORRES, H. G.; FERREIRA, M. P.; DINI, N. P. Indicadores sociais: por que construir novos indicadores como o IPRS. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 80-90, 2003.

WORONKOWICZ et al. **Set in stone building America's new generation of arts facilities, 1994-2008**. Final report. Chicago: Cultural Policy Center at the University of Chicago, 2012.

WORONKOWICZ, J. The determinants of cultural building: Identifying the demographic and economic factors associated with cultural facility investment in US metropolitan statistical areas between 1994 and 2008. **Cultural Trends**, v. 22, n. 3-4, p. 192-202, 2013.